



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 06-11-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão, do ano de 2023.

Esta audiência tem como objetivo debater sobre projetos de lei em tramitação.

Informo que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online ; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo* nos dias 03 e 24 de outubro de 2023; *Folha de S. Paulo*, nos dias 03 e 25 de outubro de 2023; e no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 31 de outubro de 2023.

Declaro abertas as inscrições, a partir deste momento, para pronunciamento presencial junto à secretaria da Comissão até o término da apresentação dos convidados.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda, representado por Henrique de Castilho Pinto, Subsecretaria do Tesouro Municipal; Eduardo Tuma, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM SP, representado pelo Sr. Adriano Cremonesi, assessor do Gabinete do Tribunal; Celso Gonçalves Barbosa, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; Bruno Marcello de Oliveira Lima, Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia, representado pelo Sr. Adriano Pera, Secretário Adjunto em exercício e pela Sra. Sarah Alcântara, Chefe de Gabinete em exercício; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras; Alexandre Modonezi, Secretário Municipal da Secretaria das Subprefeituras; Gilberto Natalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas (SECLIMA), representado pela Sra. Luciana Feldman, Chefe de Gabinete; Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla; Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal de Saúde;

Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, representado pela Sra. Beatriz de Jesus Silva Carvalho - Assessor II; Carlos Alberto Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência Social; Milton Vieira, Secretário Municipal de Habitação; Sílvia Regina Grecco, Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência; Esequias Marcelino da Silva Filho, *on-line*, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Daniel Santini, Fundação Rosa Luxemburgo, enviou um *e-mail* justificando a ausência devido a compromissos anteriormente assumidos; Igor Pantoja, Rede Nossa São Paulo, enviou mensagem justificando a impossibilidade de vir devido a compromissos anteriormente assumidos; Rafael Calabria, Coordenador do Programa de Mobilidade Urbana do Idec; Thiago Von Zeidler Gomes, Doutor em Planejamento e Gestão do Território; Jilmar Tatto, Ex-Secretário Municipal de Transporte e Deputado Federal; os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Vejo aqui presente o nosso Líder do Governo, Vereador Fabio Riva. Bom dia, Vereador.

O SR. FABIO RIVA – Bom dia, Presidente, sempre presente, forte abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aviso aos convidados que temos os primeiros itens, são sete projetos, então, quando abro as inscrições, os que acharem interessante se pronunciar, podem levantar a mão ou até interrompendo esta presidência para se inscreverem para os projetos.

Esta é a segunda audiência pública. Vamos à audiência pública do PL 808/2021, de autoria do Vereador Celso Giannazi. “Dispõe sobre o Programa Energias Alternativas para habitações de interesses sociais”. Eu questiono se há oradores inscritos. Não havendo inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 808/2021.

Esta é a segunda audiência pública do PL 207/2022, dos Vereadores Arselino Tatto, Rinaldo Digilio e Vereadora Janaína Lima. “Institui o programa de atendimento aos familiares de surdos, e dá outras providências”. Eu pergunto se há oradoras ou oradores inscritos. Então, não havendo inscritos, encerrada a audiência pública do PL 207/2022.

Esta é a primeira audiência pública do PL 280/2020, do Vereador Eliseu Gabriel.

“Institui Ação Cultural Jovem Poeta na cidade de São Paulo”. Pergunto se há inscrições. Não há inscrições. Encerrada audiência pública do PL 280/2020.

Próximo item, primeira audiência do PL 578/2020, do Vereador Celso Giannazi. “Institui os prêmios Quadro de Apoio Emérito da Cidade de São Paulo e Quadro de Apoio em Destaque”. Eu pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a audiência pública do PL 578/2020.

Esta é a primeira audiência pública do PL 185/2022, dos Vereadores Isac Felix e Edir Sales. “Dispõe sobre a disponibilização de material informativo sobre o combate à violência doméstica nas escolas integrantes da rede pública municipal, e dá outras providências”. Questiono se há oradores inscritos. Não havendo inscrições, está encerrada a audiência pública do PL 185/2022.

Próximo item, primeira audiência pública do PL 442/2022, da Vereadora Rute Costa e do Vereador Thammy Miranda. “Dispõe sobre a garantia do direito de prioridade de matrícula de Irmãos na mesma unidade escolar da rede municipal de São Paulo”. Pergunto se há oradores inscritos. Não havendo oradores inscritos, está encerrada audiência pública do PL 442/2022.

Próximo item, segunda audiência pública do PL 75/2023, do Vereador Paulo Frange e Vereador Thammy Miranda. “Altera o artigo 1º da Lei 16.736, de 01 de novembro de 2017, incluindo a obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis que possam ser utilizados por idoso, pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, aos frequentadores de *shopping centers* e estabelecimentos similares, e dá outras providências”. Pergunto se há inscrições. Não havendo inscrições, está encerrada a audiência pública do PL 75/2023.

O próximo item é a segunda audiência pública do PL 579/2023. “PL 579/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. Altera a Lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento no Município de São Paulo, e acrescenta o art. 3º-A à Lei nº 14.649, de 20 de dezembro de 2007, que autoriza a constituição da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA.”

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Há Vereadores inscritos?

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Sr. Presidente, é o Henrique, da Subsecretaria do Tesouro Municipal, a Fazenda.

Eu gostaria de fazer uma breve apresentação, se eu pudesse.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Positivo, Henrique.

Por gentileza, para constar, identifique-se novamente, por favor.

Tem a palavra, Dr. Henrique.

O SR. MÁRIO HORTA – Jair?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Oi, Mário.

O SR. MÁRIO HORTA – Só para informar que a Daniela Tunes está representando a Secretaria de Habitação e a Denise Ramos está representando a Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tá, fica registrado.

Eu acho que não constava na...

O SR. MÁRIO HORTA – Não, e elas chegaram aqui presencialmente.

E o Vereador Paulo Frange também está presente *on-line*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa eu ver aqui.

Vereador Eliseu Gabriel, me permite... a todos.

Pode ir preparando a apresentação do Dr. Henrique.

Eliseu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mário, eu atendi o Eliseu porque eu entendi que poderia ser sobre um PL dele, mas não, não era o assunto.

Então, estamos aguardando a apresentação do Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Bom dia a todos, Sr. Presidente, demais Vereadores.

Eu trouxe aqui uma breve apresentação para explicar a situação das operações de

crédito que já foram aprovadas pela Câmara no passado, bem como as operações para as quais o Executivo pede autorização legal para contratação.

Eu gostaria de confirmar se todos estão vendo a tela. (*Pausa*)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aqui, perfeito: “Situação de operações de crédito”.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Perfeito? Então, vamos seguir.

Vocês veem um *slide* inicial, só para lembrarmos a situação do município desde 2001, que é quando foi aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal, até o momento presente, com relação ao endividamento municipal, medido como a dívida consolidada líquida.

Vemos que até 2015 tivemos uma dívida bastante superior ao limite legal; e, a partir de 2016, a dívida líquida se reduziu bastante – de 2015 para 2016, a renegociação efetuada pelo Governo Haddad com o Governo Federal alterou os indicadores de atualização da dívida pública. A partir de então, a dívida começou a cair, visando ao encerramento e à quitação integral do contrato de refinanciamento com a União. Em 2021, o que aconteceu foi a renegociação relacionada ao Campo de Marte, no qual o ativo que o Município teria a receber da União foi trocado pela dívida que tinha para pagar. Então, a partir de 2021 e 2022, a dívida consolidada líquida do município se tornou negativa; e continua negativa.

Então, o que enxergamos, desde 2016, é um grande espaço para o município acelerar os investimentos via contratação de dívida sem necessariamente trazer um impacto muito grande em termos de aumento de tributação dos contribuintes do município.

Eu trago rapidamente o trecho do PL 579/2023, que solicita uma autorização de contratação de operações de crédito de dois milhões e meio de reais para a operação de crédito interno; até 750 milhões de reais para operações de crédito externo; e 250 milhões de euros para operações de crédito externo também para as seguintes áreas de atuação: intervenções na área habitacional, mobilidade urbana, inovação e tecnologia, drenagem intervenções que busquem adaptação da cidade aos efeitos das mudanças climáticas, área ambiental, investimentos na implantação e modernização da coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos, ações que

busquem limitar os futuros aumentos de temperatura e projetos na área de educação, saúde e assistência social, com vistas a melhoria do atendimento à população.

Esse é o trecho do PL que eu apenas apresento.

Com relação às contratações das operações de crédito. Um breve resumo das operações contratadas nos últimos anos. Fizemos uma contratação com BNDES do programa de modernização da administração tributária de 102 milhões de reais, duas operações com a Caixa para contratação do programa também de modernização da administração, não só tributária, mas, também, administrativa como um todo no valor total de 889 milhões.

Então, a segunda e quinta linhas são das operações internas contratadas; uma operação pequena para recapeamento com o banco Santander, de 200 milhões de reais na área de habitação também com o Santander; uma contratação de operação na área de drenagem com a Caixa de 200 milhões de dólares. Essa operação ainda está em execução e, também, 500 milhões de reais para uma operação de recapeamento com Itaú; essa operação também já foi totalmente executada, só estamos agora pagando amortização e juros dessas operações.

No âmbito externo, foram contratadas duas operações de crédito: uma operação de 100 milhões de dólares com o BID para a área de saúde, para a qual já está se encerrando a execução física e uma operação que está se iniciando agora com o BID de 97 milhões de dólares para a construção BRT Aricanduva, um corredor de ônibus.

Destaquei em vermelho porque essa notícia é a mais recente de todas, aconteceu entre a apresentação na CCJ e apresentação na Comissão de Finanças, então, tem uma pequena atualização.

Com as operações que a gente está contratando ou em vias de contratar ou em estudo com a Lei e 17.254, art. 1º, inciso II, incluindo um terceiro inciso nesse art. 1º, com novas operações. Isso é só para demonstrar o que aconteceu desde que tivemos a primeira autorização legal para contratação.

Operação de crédito interna: já há uma operação de 500 milhões de reais com o Banco do Brasil para eletrificação da frota; outra operação de 250 milhões de reais com a Caixa

para eletrificação da frota. Essas duas operações já foram aprovadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e, agora, aguardamos a aprovação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para assinar os contratos. Esperamos que sejam assinados ainda neste ano. Ainda temos uma outra operação - também com o mesmo objeto de eletrificação da frota - com BNDES de 2,5 bilhões de reais que está em análise ainda pela STN.

Ainda com base nessa autorização legal temos três operações: para recapeamento que são valores previstos para viabilizar os investimentos estimados na LOA de um bilhão de reais; para habitação para o programa Pode Entrar de 500 milhões de dólares e, na área de drenagem, cultura e mobilidade, são várias ações em torno de 750 milhões de reais.

Além dessas operações, também esperamos contratar, em 2024, uma operação de crédito externa de quase 500 milhões de dólares, que já foi aprovada pela Cofix, que é o órgão da União que autoriza as operações de crédito, as garantias que a União fornece para as operações de crédito externas. É uma operação metade com o Banco Mundial e metade com o BID. Então são 500 milhões de dólares que a gente espera contratar no ano que vem.

Essa imagem quer reforçar a importância da aprovação do PL 579/2023. Tem previsto, para a LOA de 2024, dois milhões de reais para o programa Pode Entrar, financiamentos e operações de crédito para viabilizar a execução desse programa durante o ano de 2024. Sem autorização legal, esses dois milhões de reais não poderiam ser contratados e, possivelmente, o programa sofrerá alguma redução de tamanho ou precisará encontrar outras fontes de financiamento. Temos esperança de contratar essa operação em 2024.

Com relação às operações de crédito externa, tem três operações que estão em estudos: a operação Avança Saúde II, que é continuação da operação que já foi realizada com o BID, cuja execução física já se encontra nas suas últimas etapas. São mais 205 milhões de dólares; 60 milhões para o programa da educação, a Educação Paulistana Pode +, e mais, praticamente, 150 milhões... Essas duas primeiras operações já foram aprovadas pela Cofix. Estão ainda em negociação final com os bancos, para viabilizar a sua contratação no ano de 2025. Possivelmente essas não serão contratadas ainda em 2024. Ainda tem a operação da

Assistência Social com o Banco Mundial. Também temos uma carta-consulta, que está em análise pela Cofix. São 150 milhões de dólares, totalizando 415 milhões de dólares que, a gente brinca, estão no forno.

Há outras operações também que a gente tem autorização legal para contratar, apenas para trazer toda a transparência. Tem uma operação do corredor de ônibus da Chucri Zaidan, mas foi suspensa em função de um pedido de devolução do PVL, que é o Pedido de Verificação de Limites que a STN aprova, pelo agente financiador. Seriam 200 milhões de reais. Essa intervenção está sendo feita com recursos tanto do Tesouro quanto da Operação Urbana Água Espaiada.

Também há uma autorização de 150 milhões de reais. Não é uma operação, portanto, interna. Não serviria para contratação do BID para a educação, de 150 milhões de reais. Também 210 milhões de reais para segurança urbana. É um projeto que está ainda em avaliação. Isso vem da época em que o BNDES criaria uma linha especial para financiamento da segurança urbana, que acabou não vingando da forma como a gente esperava.

E também temos a operação de 2,5 bilhões de reais para pagamento de precatórios que, enfim, está suspensa em função das taxas de juros que estão elevadas. A gente não deve contratá-las tão em breve.

Era, de fato, uma breve apresentação.

Agradeço a todos a atenção.

Essa é a apresentação que a gente fez na CCJ, apenas atualizada com as novas informações.

Eu vou interromper o compartilhamento e voltar para a reunião.

Fico à disposição de todos para retirada de dúvidas ou algum questionamento que se faça necessário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Henrique. Peço a gentileza para o senhor deixar à disposição da nossa Comissão essa exposição. OK?

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Sim, eu encaminharei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que o Dr. Calabria quer se manifestar.

O SR. MÁRIO HORTA – Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode falar, Mário.

O SR. MÁRIO HORTA – Somente para informar que o Vereador Riva está presente; a Vereadora Rute Costa e o Vereador Isac Felix estão *on-line*. O Vereador Riva está presente em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bem-vindo, Vereador, vice-presidente desta Comissão, Isac Felix e Vereadora Rute Costa, membro desta Comissão. E o Rafael Calabria que está com a mão erguida? Confirma para mim, tem uma mão erguida.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Sim, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, Dr. Rafael, identifique-se só para constar nos Anais, se não, fica difícil na leitura, são muitos convidados.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Eu achei que alguém da Prefeitura fosse falar antes de eu falar, não sei qual é a ordem estabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem, se o Riva puder, eu o deixo para o final. Pode ser, Líder?

O SR. FÁBIO RIVA – Positivo, positivo. O Calabria, se quiser se manifestar, pode se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra pelo IDEE, Rafael Calabria, pode se manifestar.

O SR. RAFAEL CALABRIA – Vereadores. obrigado pelo convite, obrigado pelas explicações da Fazenda. É interessante ter tudo compilado. Às vezes, as informações estão soltas, mas é interessante vê-las compiladas. Apresentando-me, sou Rafael Calabria, coordeno a área de mobilidade urbana do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor. Nós acompanhamos todo processo, tanto de licitação de ônibus de São Paulo quanto o processo de elaboração da Lei 16.812/2018, que obrigou a redução de emissão de poluentes da frota, portanto à eletrificação.

Nesse sentido, Vereadores, nós temos algumas preocupações, na verdade, sobre o formato que está sendo adotado tendo em vista muitos cenários que o setor de transporte está tendo hoje com a atual crise, e algumas inovações estão sendo adotadas para gestões de ônibus em cidades, e a cidade de São Paulo não está acompanhando, não está seguindo.

Indo direto ao ponto, não estou questionando em nenhum momento a parte de empréstimos, essa é uma questão financeira da Prefeitura, o problema é a aplicação no setor de ônibus. O que quero apresentar é que o formato que a Prefeitura está adotando para conseguir eletrificar a frota de ônibus, ela está pegando recursos via empréstimos e vai subvencionar a diferença do valor do ônibus para o empresário conseguir adquirir ônibus elétrico.

Se por um lado esse formato vai conseguir, de alguma forma, viabilizar a eletrificação porque, de fato, cobrado na tarifa não é viável – eu posso falar disso depois –, mas esse formato é muito fraco porque com isso a Prefeitura vai pagar o bem e cede ao empresário, ou seja, vai dar um benefício, um ativo ao empresário de ônibus, vai ser dele a frota e todo equipamento para continuar operando. E qual é o problema? O problema é que temos visto em várias cidades, no caso em São Paulo também, falta de concorrência na qualidade e a formação de oligopólios empresariais, que dominam o setor de transportes e a operação do serviço. Para conseguir modificar esse cenário, muitas cidades estão começando a estudar e avançar com um modelo de divisão de atividades, de serviços, no caso divisão da frota e da operação de ônibus. São José dos Campos, Rio de Janeiro, Santiago, Bogotá – só para dizer algumas da América do Sul – estão adotando esse modelo porque a eletrificação é um caminho muito importante.

De fato, o veículo elétrico é mais caro, então possibilita à Prefeitura adotar modalidades diferentes. No caso de São José, por exemplo, o edital de ônibus já é feito por princípio com ônibus elétricos na forma de aluguel pela Prefeitura, com isso a Prefeitura vai ter controle maior sobre o edital. E quem não tiver veículo elétrico nem vai entrar na licitação. A capacidade da Prefeitura será muito maior e a licitação de operação, a ser feita na sequência, será muito menor, será apenas um serviço de operação de ônibus sem precisar ter garagem e frota. Com isso, é esperada uma maior concorrência e maior competitividade no certame.

Isso quer dizer que o modelo adotado por São Paulo vai manter, para não dizer ampliar, o poder político e econômico do empresariado do setor e vai dificultar mudanças posteriores. Além disso, ainda fica a cargo do empresário decidir ou não a compra, diferente de São José onde a Prefeitura vai ter muito mais poder de controle.

Então, apesar de não questionar quanto ao empréstimo, a modalidade de aquisição de frota para eletrificação que São Paulo está fazendo é muito fraca, não vai gerar benefícios de gestão para o setor de transportes como outras cidades estão adotando.

Para nós, o modelo é um pouco infeliz, eu diria insuficiente, mas é o que a Prefeitura conseguiu encontrar agora para conseguir viabilizar. Então temos um pouco essa crítica.

Também chama atenção a morosidade, a falta de iniciativa da Secretaria de Transportes para debater o tema. Temos visto a Secretaria da Fazenda adotar a frente, e a crítica é para a Secretaria de Transporte e não à Fazenda.

Então é um pouco isso, a nossa visão é na tentativa de fazer com que a eletrificação gerasse benefícios de gestão e maior capacidade de controle da Prefeitura. Aqui em São Paulo não veremos isso, o modelo é insuficiente, é muito fraco. Enfim, talvez, pela demora que teve para conseguir uma solução, nem assim chegará na meta de 2.600 ônibus o ano que vem porque é muito difícil adquirir tantos ônibus em tão pouco tempo. Não sei se há capacidade produtiva fabril no Brasil para conseguir 2.600 ônibus em um ano. É um pouco isso, além de tudo, talvez nem consegui alcançar a meta prevista inicialmente.

Também queria aproveitar a oportunidade para destacar, fazer uma crítica porque o contrato assinado em setembro de 2019 – há mais de quatro anos – previa que em seis ou três meses, não lembro agora, a Secretaria de Transportes teria de apresentar um cronograma da eletrificação. Eu queria destacar, Vereadores, que até a presente data esse cronograma não foi publicado. Pedimos para prestarem informação, e cada vez que pedimos é enviado um cronograma novo, tentando ajustar os prazos. Estamos há quase quatro anos violando, por parte da Prefeitura, o contrato de ônibus no que diz respeito ao cronograma para ter uma previsibilidade ao longo de 20 anos da eletrificação dos ônibus. Então a Secretaria dos

Transportes está em desacordo com o acordado no contrato, assinado em 6 de setembro de 2019. Fechando esse parêntese, aproveitando o tema que foi debatido, queria agradecer o convite e estou à disposição para dar continuidade ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rafael. Pois não, Mário.

O SR. MÁRIO HORTA – Só para informar que Denise Ramos, da Casa Civil, está presente; e Silvia de Mesquita, da Habitação também está presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho que eu vi o Dr. Zamarco.

Pela ordem, Vereador Fábio Riva. Líder, só para avisar que os outros projetos, projetos de Vereadores já foram deliberados, foram finalizadas as audiências públicas. Necessariamente não há mais necessidade de participação. São vários projetos e as pastas são convidadas, aproveito para agradecer a todos. Então por uma questão de dinâmica, do tempo dos senhores representantes das secretarias, estamos agora com as inscrições para o debate do PL 579/23 referente à operação de crédito.

Vejo que está inscrito o Vereador Fabio Riva. Tem a palavra, Líder.

O SR. FABIO RIVA – Vereador Jair Tatto, gostaria de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão de Finanças, importantíssima Comissão da Câmara Municipal de São Paulo.

Agradeço a participação dos representantes da Fazenda, da Casa Civil, da Habitação, da Saúde e todas as secretarias que se fizeram presentes nesta audiência pública.

Na verdade, Presidente, até para trazer à colação dos nobres Vereadores e do público em geral, o Executivo apresenta um substitutivo nesse projeto onde a sua base estrutural trata única e exclusivamente desses empréstimos na forma do projeto original, mas, no entanto, até por uma necessidade da área da saúde, nós estamos aqui neste momento colocando à disposição de V.Exa. - eu vou colocar no sistema um substitutivo do Executivo. E aí eu até peço depois, eu vi que o nosso Secretário Luiz Carlos Zamarco está de forma *on-line*, mas eu queria trazer à colação dos nobres Pares e do público presente aquilo que o Executivo encaminhou no substitutivo, que é acrescentar um Artigo 3º ao PL, que “fica o Poder Executivo autorizado” - nós

estamos falando em crédito, em concessão - “a conceder à Associação Paulista de Desenvolvimento da Medicina uma subvenção no valor de 15.835.108,17 reais destinada à implantação e conclusão da reforma das instalações do pronto-socorro do Hospital São Paulo.”

Só fazendo um breve comentário e não sei se o Secretário Luiz Carlos Zamarco pode me ajudar. Esse substitutivo inclusive foi feito pela própria Secretaria da Saúde. Hoje, nós temos uma pressão muito grande na UPA ali da Vila Mariana e o pronto-socorro do Hospital São Paulo sempre foi o suporte inicial de todo aquele atendimento daquela população e carece efetivamente de uma reforma, principalmente nas instalações do pronto-socorro para melhor atendimento à comunidade local. Então, até porque se atende pelo SUS, tem todos os critérios da Saúde. Então, é um pequeno acréscimo ao PL original, mas que trata de uma área importantíssima que é a saúde na cidade de São Paulo.

Então, tenho certeza de que os Vereadores e Vereadoras desta Casa, representantes do povo, também entenderão este importante acréscimo a esse PL, que é essa subvenção para a implantação e conclusão das reformas das instalações do pronto-socorro do Hospital São Paulo. Então, só para informação e também a justificativa desse novo substitutivo acrescentando esse Artigo 3º ao PL.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, nobre Líder. V.Exa. falou de uma exposição ou não? Só o acréscimo, é isso? Dentro da linha de crédito da reforma do pronto-socorro do Hospital de São Paulo, é isso?

O SR. FABIO RIVA – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, em forma de substitutivo.

Tenho aqui comigo que na PLOA do ano próximo, nobre relator Vereador Dr. Sidney Cruz, ele é o relator, nós estamos trabalhando com orçamento de 103 bi. É isso? A Fazenda pode confirmar? E incluindo sete, não é isso? Baseado nessa linha de crédito. Eu acho que é isso que me consta, Dr. Henrique.

O SR. HENRIQUE DE CASTILHO PINTO – Olha, Jair, o orçamento eu não lembro

os números de cabeça aqui. Eu teria que consultar no *site* para ser honesto. Mas eu acho que em termos de ordem de grandeza os valores são esses mesmos. Todas as operações que a gente está prevendo a serem recebidas durante o exercício que vem estão previstas naqueles dois *slides* principais da nossa operação. Na verdade, três: as operações já contratadas que ainda tem algum recurso para ser recebido; as operações que a gente está contratando e um pedaço já com base em autorização que temos; e um pedaço que está também na nova autorização. É um valor bastante importante e que depende das operações de crédito.

Estamos aqui na Fazenda trabalhando com todo o nosso esforço para viabilizar esses recursos que são muito importantes para melhoria da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, consta a mim, Vereador Riva, que no substitutivo, além da apresentação do Dr. Henrique, acrescenta-se esse item, vamos dizer assim. É isso, Riva?

O SR. FABIO RIVA – Sim, Sr. Presidente. A ideia é trazer à baila desta audiência pública até por uma questão de transparência. É um item importante na área da saúde. Pode ser ou através de emenda ou mesmo no substitutivo, mas que nós déssemos publicidade aquilo que é importante para o município, principalmente para região, que é uma implementação e conclusão de reforma do Pronto-Socorro do Hospital São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa-me consultar o Vereador Isac Felix se está conectado. (Pausa). Nobre Vereadora Rute Costa. (Pausa).

Mário, pergunto se tem alguma outra inscrição, representantes do governo ou da população?

O SR. MÁRIO HORTA - Não tem, não, inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tá. Bom, eu me dou por satisfeito. Não sei se senhores e senhoras se dão por satisfeitos também.

Então, intérpretes de libras, mais uma vez, conosco: Márcia Maria Alexandre de Paula, Neila Marques da Costa Saboia. Muito obrigado às nossas intérpretes de libras.

Vou passar alguns informes em não havendo mais inscrições. Esta Comissão de

Finanças e Orçamento continua realizando audiências públicas sobre o PL 578/23, que estima a receita e fixa despesa do município de São Paulo para exercício 2024, Orçamento 2024, conforme calendário aprovado anteriormente disponível no *site* da Câmara Municipal.

Então, as próximas audiências. Amanhã, terça-feira, dia 7, com início às 10h, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, 8º andar, será a 6ª audiência temática do Orçamento 2024 e tratará sobre as seguintes pastas: Secretaria Municipal de Saúde, que compreende também o Hospital do Servidor Público Municipal; a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Sábado próximo, Vereador Riva, dia 11/11, com início às 10h, lá no Tendal da Lapa, Rua Guaicurus, 1100, será a quarta audiência regional que compreende zona Oeste e parte da zona Norte, em especial as Subprefeituras do Butantã, Pinheiros, Lapa, Perus/Anhanguera, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia, Casa Verde/Cachoeirinha. Esse é o informe.

Então, não havendo mais oradores inscritos está encerrada a audiência pública do PL 579/23. Nada mais a tratar, agradeço a todos e a todas. Tenham uma boa semana.

Encerrada a audiência pública. Obrigado a todas e a todos os presentes.